

Brito, Adriano Naves de (Org.). *Ética: questões de fundamentação*. Brasília: UnB, 2007. 352 páginas.

*Ivanaldo Santos**

O livro organizado por Adriano Naves de Brito é resultado das discussões realizadas durante o Simpósio sobre Ética em 1988 na cidade de Goiânia-GO. Este simpósio tinha como proposta central a discussão sobre a possibilidade de haver uma fundamentação para a ética e as perspectivas decorrentes dessa possibilidade. O catalisador inicial das discussões foi o pensamento do filósofo alemão Ernst Tugendhat, ou seja, a preocupação investigativa desse filósofo em discutir e, se possível, desonerar a moral de todo dogmatismo, sem, contudo, deixá-la à mercê do relativismo. Entretanto, o leitor deve ver o pensamento de Tugendhat apenas como um ponto de partida das discussões e não como o centro de possíveis deliberações teóricas.

O livro é uma relevante discussão, realizada por vários filósofos, sobre os limites e as conseqüências do ceticismo moral, do niilismo que anuncia o fim da ciência e da crise dos paradigmas éticos ocidentais. É organizado em três grandes partes, partes que não possuem um títulos; essas partes são, na essência, áreas de discussões e de interface entre a possibilidade de fundamentação da ética e outras áreas da filosofia como, por exemplo, a estética e a lógica.

A primeira parte do livro é iniciada com dois textos de Tugendhat. No primeiro, “Reflexões sobre o que significa justificar juízos morais”, o autor coloca a necessidade de discutir a problemática da fundamentação em ética. Em suas palavras; “a suposição de que juízos morais estão relacionados com razões, que eles precisam de justificação, não é um capricho e não deriva de uma analogia problemática com juízos fáticos, mas da própria

* Professor do Departamento de Filosofia da UERN. *E-mail:* ivanaldosantos@yahoo.com.br

necessidade de justificação inerente aos juízos morais” (p. 21). Apesar de apontar essa necessidade, o texto de Tugendhat esbarra no problema da consistência conceitual da própria discussão realizada e é concluído apresentando a questão das relações intersubjetivas mais desejáveis pro parte dos indivíduos.

No segundo, “O contratualismo na moral”, Tugendhat apresenta, de forma sucinta, as três dificuldades do contratualismo na moral. Para ele, essas dificuldades são: 1) O contratualismo teria que ver a consciência como um resíduo de uma moral esclarecida que deveria ser desmontada. 2) No contratualismo, a moral não teria sempre só aquela extensão que é útil para as pessoas? O problema dessa pergunta é que uma moral como essa não pode ser entendida nem como igualitária e nem como universal. 3) Se a moral deve ser entendida como contrato implícito, então como deve ser entendido esse contrato?

Tugendhat reflete sobre essas três dificuldades é na tentativa de fundamentar a moral a partir do contratualismo, ele chega a seguinte conclusão: “O que é importante lembrar é que o acordo é um contrato não só para as ações, mas igualmente para ter os correspondentes afetos mútuos. Assim, o contrato implica a motivação para criar e cultivar a consciência, quer dizer, a disposição afetiva de respeitar o acordo” (p. 46). O problema da conclusão de Tugendhat, ou seja, que para se fundamentar uma moral é necessário, além de ter o contrato explícito, haver a “disposição afetiva” dos membros do contrato em cumpri-lo, é que é possível se fazer uma séria objeção a esta conclusão. A objeção é que os membros do acordo podem cumpri-lo apenas por medo de sofrer alguma represália, seja psicológica, física ou econômica, e, dessa forma, a disposição afetiva torna-se apenas uma forma de camuflar este medo. Sobre essa possível objeção, Tugendhat não realiza qualquer discussão.

O terceiro texto é de Julio Cabrera, professor do departamento de filosofia da Universidade de Brasília. Seu texto, “Ética e condição humana: notas para uma fundamentação natural da moral”, é uma constatação de que o problema da fundamentação

da moral existe e tem que ser discutido. Entretanto, ao contrário de Tugendhat que critica a tentativa de fundamentação natural da moral, Cabrera percebe essa tentativa como válida. Neste sentido, Cabrera apresenta-se como um crítico de Tugendhat. Em suas palavras: “Aquilo que impede Tugendhat ... de visualizar a possibilidade de uma fundamentação natural da moral é sua impossibilidade de conceber a natureza fora de suas concepções maximalistas (metafísico-teológicas) tradicionais” (p. 72).

É justamente a possibilidade que limita Tugendhat que Cabrera tenta construir. Ele tenta construir essa possibilidade recorrendo à racionalidade da condição humana. O problema dessa tentativa é que Cabrera não explica como superar a crise da racionalidade e como em um mundo carregado por conflitos culturais definir uma condição humana universal.

O quarto texto é de Adriano Naves de Brito, professor do departamento de filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Este texto, intitulado “Sobre a fundamentação da moral”, é uma crítica, um tanto quanto cética, aos programas de fundamentação da moral edificados a partir da razão pura tal qual Kant inicialmente projetou. Para Brito, “não há um sentido objetivo para a justificação moral, ou seja, um sentido independente de nossas preferências subjetivas. Em última instância, essa preferência subjetiva manifesta-se em nossa escolha” (p. 115). Apesar da brilhante exposição crítica contra o fundacionismo moral de inspiração kantiana, Brito não consegue demonstrar a proposição que, pelo menos inicialmente, deseja demonstrar, ou seja, de que “em uma palavra, a justificação [da moral] não pode ser arbitrária” (p. 103).

Este texto recebeu uma réplica de Julio Cabrera, intitulada “Acerca de uma fundamentação natural da moral (Breve réplica ao comentário de Adriano Naves de Brito)”. Nela Cabrera muito mais que debater com o texto de Brito procura demonstrar, de forma cética e cautelosa, a necessidade de discutir a fundamentação da moral dentro das diversas exigências (científicas, religiosas, culturais, etc.) que norteiam o nascente século XXI. Entretanto, essa

procura deixa a posição de Cabrera ainda mais enfraquecida. Isto se dá porque, de um lado, ele não consegue introduzir novos argumentos que fortaleçam sua posição com relação a necessidade da fundamentação natural da moral e, de outro lado, ele não consegue repelir, de forma convincente, a posição teórica adotada por Brito.

Após a réplica de Cabrera tem-se o texto de Thomas Kesselring, professor de filosofia na universidade alemã de Bern. Seu texto, “O ser humano no campo de tensão entre tradição e universalização”, é norteado pelos três seguintes desafios. Primeiro, a questão específica da ética moderna universalista tornar-se mais evidente. Isto se dá à medida que contrapõe-se à concepção de uma ética tradicional pré-iluminista. Segundo, chama a atenção para uma característica da moderna ética universalista, à qual esta deve de modo significativo seu caráter progressivo, mas que também, considerada mais de perto, pode ser identificada como um indubitável ponto de fraqueza. Terceiro, a moral moderna é suficientemente flexível para superar pontos fracos. A conclusão que ele chega é que é preciso realizar uma síntese dos “paradigmas da ética pré-iluminista e da ética moderna” (p. 141). Entretanto, o leitor crítico ficará um tanto quanto decepcionado com a proposta de Kesselring, justamente porque ele lança essa proposta audaciosa mas não dá qualquer caminho argumentativo e teórico para se alcançar essa proposta.

Já o texto de Fernando Rodrigues, professor do departamento de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado “A estrutura dos juízos morais”, realiza uma discussão sobre a fundamentação semântica dos juízos morais. Para tanto, concentra essa discussão na importância, na utilização e nas formas de manifestação do verbo “dever”. Segundo ele, essa concentração é importante porque “como nos juízos morais em que ocorre o verbo ‘dever’ parece que nos comprometemos de fato com a verdade da frase” (p. 155). Entretanto, Rodrigues não consegue demonstrar se é possível fundamentar alguma perspectiva moral a partir do verbo “dever”.

A segunda parte do livro possui dois textos que abordam a temática a partir da discussão realizada por Heidegger. O primeiro é o texto de Zeliko Loparic, professor do programa de pós-graduação em psicologia clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Neste texto, intitulado “A ética originária e a práxis racionalizada”, o autor parte da crítica de Tugendhat à Heidegger. Nas palavras de Loparic, “Convencido da força de sua posição, por ela ser ‘metodologicamente correta’ e ‘teoricamente relevante’, Tugendhat propõe-se a decidir quais teses de Heidegger são aceitáveis, quais, embora mal formuladas, podem ainda ser salvas e quais, finalmente, são simplesmente erradas” (p. 169). Após uma breve exegese da obra de Tugendhat e de Heidegger, Loparic conclui que ao “perder de vista a problemática kantiana do *a priori*, Tugendhat também fechou a porta de entrada ao pensamento heideggeriano” (p. 178). A partir dessa conclusão ele afirma que em Heidegger o homem não é definido pelas necessidades empíricas, mas por uma urgência que possibilita *a priori* todos os outros aspectos da vida humana. Dentro da discussão proposta pela temática geral do livro, o texto de Loparic torna-se relevante porque apresenta os limites e falhas do pensamento de Tugendhat.

O segundo texto é o de Cláudia Drucker, professora do departamento de filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste texto, “A autodeterminação em Heidegger”, a autora defende o pressuposto que embora relevante a tradição filosófica não consegue formular o problema da autodeterminação de forma satisfatória. Para ela, um bom exemplo desse problema é Heidegger. Apesar dele discutir de forma brilhante os limites da tradição e uma possível releitura da mesma, não consegue apontar, de forma convincente, mecanismos para refundar a autodeterminação a partir da tradição ou buscar além dela essa autodeterminação.

Na terceira parte do livro discute-se a temática central a partir de três perspectivas, sendo elas: Aristóteles, Rawls e Bloch. O primeiro texto é de Marco Zingano, professor do departamento de filosofia da Universidade de São Paulo. Este texto, intitulado “Deliberação, indeterminação e inferência prática em Aristóteles”,

realiza uma longa exegese da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Entretanto, ao invés de apresentar uma possível fundamentação da ética a partir desse texto realiza o contrário, ou seja, encontra nele fissuras teóricas que possibilitam impor um “limite considerável às ambições de toda moral” (p. 295).

O segundo texto é de Wilson Mendonça, professor do departamento de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Intitulado “Calculando com direitos e bens: deontologia em Rawls”, parte das objeções realizadas por Alasdair MacIntyre, no livro *After Virtue (Depois da virtude)* ao pensamento de Rawls. A idéia central da argumentação de Mendonça é que toda sociologia moral tem como contrapartida uma sociologia particular. Ele parte do debate entre MacIntyre e Rawls. Neste texto o autor apresenta a possibilidade de se construir uma fundamentação da moral a partir dos elementos constitutivos da sociedade contemporânea e de mercado. Entretanto, assim como no texto de Cabrera, Kesselring e de Rodrigues não há uma demonstração ou uma apresentação consistente de uma possibilidade viável para a construção dessa fundamentação.

O último texto da coletânea, ou seja, o texto de Susana Albornoz, professora do departamento de filosofia da Universidade de Santa Cruz do Sul, intitulado “A união de Dioniso e Apolo: os ideais morais segundo Ernst Bloch”, levanta a possibilidade de que os elementos característicos de Apolo e de Dioniso, isto é, a regra moral e a inclinação natural, podem ser unidos. Para este fim, Albornoz reconstrói, fundamentado em Ernst Bloch, as duas figuras mitológicas, Dioniso e Apolo, e por meio dessa reconstrução procura abrir um horizonte para uma ética da conciliação. Essa ética teria como objetivo criar uma “utopia de cunho moral” (p. 335) que libertaria o ser humano da exploração e da violência da sociedade capitalista. O problema do texto de Albornoz é que ao invés de procurar construir um fundamento filosófico para a chamada “utopia moral”, ela limita-se a realizar uma exegese do capítulo XVIII do livro *O princípio esperança* de Bloch. A discussão que, aparentemente, é promissora termina caindo em uma simples apresentação exegética.

Para encerrar é preciso afirmar que o livro é uma ótima apresentação da problemática contemporânea sobre a fundamentação da ética. Nele são abordados questões e autores variados que abordam a temática de diversos ângulos diferentes.